

Marca passo, quando a vida depende do Inamps.

O aparelho custa Cr\$ 3 milhões, mas o Inamps só repassa Cr\$ 1,9 milhão, e com atraso, para os hospitais. O fabricante paralisou a produção. E quem sofre são os cardíacos, que não podem esperar para receber o equipamento.

Por falta de marcapassos, aparelhos que suprem a deficiência de batimento cardíaco, há pessoas morrendo em casa ou em hospitais. A denúncia é do cardiologista José Carlos Pachón, presidente do Departamento de Estimulação Cardíaca Artificial (Deca) da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular. "Não dá para negociar ou esperar por um marca-passo; é necessária colocação imediata", diz o médico, mostrando o atestado de óbito de Maria Marques de Oliveira, que morreu em Uberaba (MG) no dia 27 de outubro de 91 em consequência de bloqueio ventricular total. "Na verdade, ela morreu enquanto esperava por um marca-passo que eliminaria a falha ventricular e a faria viver normalmente", contesta Pachón.

"Eu não tenho dúvida de que há muita gente morrendo por todo o País", acrescenta o médico. No Brasil, a média é de 9 mil novos implantes por ano, o que corresponde a cerca de 30 diários. "São 30 pessoas que estamos abandonando todos os dias", indigna-se Pachón. Pelas contas dele, se não houve atendimento, em três meses são 2.700 com risco iminente de vida. Aparentemente estranha é a gradual queda no número dos que procuram atendimento especializado. Mas Pachón descobriu porque isso ocorre: "Muitos sequer procuram atendimento, por saber que a situação é crítica, e morrem em casa mesmo".

A situação começou a se agravar a partir de setembro, mas piorou sobremaneira nos últimos três meses. Até então, os hospitais mantinham estoque em consignação e, após utilizar, informavam ao fabricante, que mandava a fatura ao Inamps e recebia o dinheiro direto do órgão federal. A portaria 166 pôs fim a esse esquema, sob alegação de que havia fraude e superfaturamento. Agora, o hospital deve comprar do fabricante pelo preço à vista e cobrar do Inamps.

O problema é que um marca-passo custa Cr\$ 3 milhões, mas o Inamps somente repassa Cr\$ 1,9 milhão e com atraso de até 75 dias. Os hospitais se dizem impossibilitados de cobrir a diferença e o problema se arrasta indefinidamente. O presidente do Inamps, Ricardo Akel, já foi informado do problema em sucessivas reuniões. "Ele demonstrou entender a situação mas não tomou nenhuma atitude concreta", cobra José Carlos Pachón. O argumento é o mesmo usado para rolar a dívida de internações e atendimento ambulatorial: não há recursos. A Sociedade de Cirurgia Cardiovascular já pensa em ir à justiça cobrar "condições mínimas de saúde para a população", como diz o presidente do Deca.

Ontem, Ricardo Akel contestou Pachón. "O valor que pagamos é compatível com o mercado interno e externo". Ele alegou que os fabricantes multiplicaram os preços até quatro vezes após a mudança na sistemática de pagamento. "Aquilo que o dr. Pachón chama de preço de mercado é muito discutível porque tem muita gente encontrando a prótese no preço do Inamps". Ele citou a saída que teria sido encontrada pela Secretaria de Saúde do Ceará, através da importação de marca-passos. "Em último caso os médicos devem procurar as Secretarias Estaduais de Saúde para saber onde está sendo feito o serviço".

Em São Paulo, informa Pachón, a Secretaria de Saúde de fato foi em socorro de duas instituições públicas, o Instituto do Coração e o Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia. No caso deste, onde José Carlos trabalha, o auxílio restringe-se a quatro próteses por semana. O movimento normal, meses atrás, era de 3 im-



A Macchi Engenharia (à dir.) suspendeu a produção. Pachón, presidente do DECA: "Não dá para esperar. Tem gente morrendo".

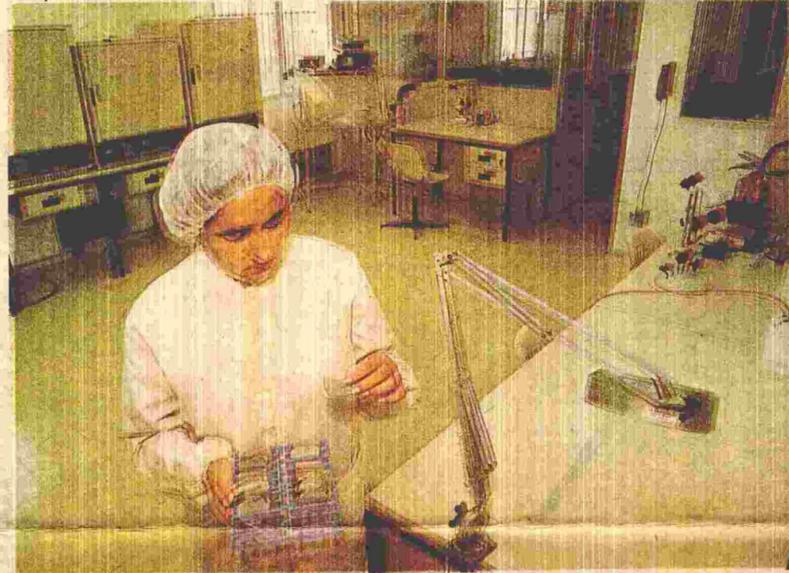
plantas diários. Mas em hospitais como a Beneficência Portuguesa, um dos maiores da América Latina em operações cardíacas, as mesas de cirurgia não vêem marca-passos há cerca de três meses, segundo o presidente do Deca.

Sempre a mesma resposta: não há verba.

Na última sexta-feira, José Carlos Pachón recebeu um telefone de um paciente seu, o aposentado Carlos Esteves. Do outro lado da linha, uma voz débil informou-lhe estar sentido fortes tonturas. Angustiado, o médico respondeu como de outras vezes. "Não tive saída além de mandar que fizesse um eletrocardiograma para comprovar o que já sabia, que



O aparelho de Cr\$ 4 milhões: o hospital deve pagar à vista e cobrar do Inamps depois.



ele precisa de um marca-passo urgente." O preço do aparelhinho, proibitivo para a maioria, impossibilita a compra por particulares. Fora da Previdência Social, só bancam a compra de prótese cardíaca os convênios de estatais como Banco do Brasil e Petrobrás.

O médico Ricardo Eloy Pereira, da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, atesta, em carta a Pachón, essa trágica realidade. "Atendemos pacientes carentes que dependem só do Inamps para seu tratamento. A demora já ocasionou a morte de pacientes que sequer conseguiram chegar até nós, porcuídos porque todo tratamento que exige prótese está bloqueado." O cardiologista baiano Sêrvulo Augusto Dourado reforçou a gravidade da situação: "em hospitais de emer-

gência pacientes falecem porque nenhum hospital de referência tem condições para recebê-los para implante de marca-passo".

As queixas e depoimentos dramáticos se repetem nas cartas remetidas em outubro, depois substituídas por telefonemas diários. No interior de São Paulo, mesmo em municípios com boa situação financeira, o quadro é exatamente igual ao do resto do Brasil. "Estamos com seis pacientes à espera de implante de marca-passo e não sabemos como agir pois somos pressionados pelas famílias que, sem conhecer as últimas medidas do Inamps, nos acusam até de omissão de socorro", relata Carlos Alves Pereira, do Hospital do Coração Octávio Quêrcia, da Santa Casa de Franca.

Os fornecedores se recusam a vender pelo preço pago pelo Inamps. "A resposta é sempre a mesma: 'Infelizmente chegou-se ao fundo do poço'". E concluem que a situação ficou insustentável "do ponto de vista médico e humano. A Santa Casa distribuiu aos médicos um comunicado informando a suspensão de próteses (marca-passos, válvulas cardíacas) e órteses (oxigenadores e outros equipamentos vitais para manter o paciente vivo durante cirurgias cardíacas) a partir de setembro do ano passado. "O pagamento pelo material usado será de responsabilidade do médico, pois as empresas suspenderam o fornecimento pelos preços da tabela do Inamps."

A compra de órteses e válvulas ocorre de forma precária. O governo paga Cr\$ 350 mil por um oxigenador de bolha, enquanto o seu preço de mercado é Cr\$ 650 mil. A válvula cardíaca, que substitui a função comprometida das originais, de regular o fluxo sanguíneo para o coração, custa Cr\$ 1,5 milhão, mas o Inamps paga somente Cr\$ 750 mil.

"O que fazer com três pacientes com baixo débito cardíaco", foi a pergunta encaminhada à Sociedade de Cirurgia Cardiovascular pela Santa Casa de Misericórdia de Pelotas. De Campo Grande (MS), veio o apelo do médico Mauro Gomes de Andrade. Ele narrou o caso de dois pacientes na fila de espera por um marca-passo, especialmente J.A.S., de 28 anos. "Está a 12 dias com marca-passo temporário, perdendo a consciência quando se desliga o mesmo". O médico concluiu: "É difícil para nós assistir a tudo isso sem podermos fazer a intervenção adequada". No interior paulista, um dos maiores centros de atendimento a cardiopatas, o Instituto de Moléstias Cardiovasculares de São José do Rio Preto listou em outubro 26 pacientes dependentes de um implante em regime de urgência. "Não tenho dúvida de que alguns morreram, se não conseguiram a prótese", diz o médico Pachón.

Cardiologistas esperam a solução: com urgência.

Uma esperança para tentar ampliar a sobrevivência desses pacientes são os marcapassos provisórios, do tamanho de um rádio de pilha, aos quais têm que permanecer ligados 24h por dia. Um fio (eletrodo) entra pela veia até o coração para impulsionar os batimentos. Essa solução só existe para os que chegam às emergências dos hospitais já inconscientes. No Dante Pazzanese, há oito marca-passos provisórios constantemente ocupados. Há um problema, porém. Um movimento brusco, suficiente para desconectar o fio do seu lugar, é letal.

Em 18 de outubro, a situação já era denunciada ao final do encontro anual dos discípulos do cardiologista Euríclides de Jesus Zerbini. Na "Declaração de Goiânia", assinada pelo próprio Zerbini, por Milton Meyer, presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular e por Enio Buffolo, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, a situação atual era relatada. "O impasse existente entre a indústria de material médico, os hospitais, e o Ministério da Saúde traz grave prejuízo ao atendimento dos doentes cardíacos. Nestas condições, os cirurgões cardiovasculares eximem-se da responsabilidade pela ocorrência de danos à saúde ou à vida dos numerosos pacientes que estão à espera de tratamento." Eles lamentam ainda que isso aconteça num país cuja cirurgia cardíaca "é reconhecida como de nível comparável ao dos países do primeiro mundo". E esperam uma solução urgente.

Stella Galvão e AE